

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS  
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA**

**OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO POR  
COMPETÊNCIAS**

**LARÊSSA CINTRA DE ALMEIDA**

ANÁPOLIS  
2012

**LARÊSSA CINTRA DE ALMEIDA**

**OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO POR  
COMPETÊNCIAS**

Artigo apresentado à Coordenação da Faculdade Católica de Anápolis para obtenção do título de Especialista em Docência Universitária, sob a orientação da professora Profa. Ms. Elaine Abrahão Amaral.

ANÁPOLIS  
2012

**LARÊSSA CINTRA DE ALMEIDA**

**OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO POR  
COMPETÊNCIAS**

Artigo apresentado à coordenação do Curso de Especialização em Docência Universitária da Faculdade Católica de Anápolis como requisito para obtenção do título de Especialista.

Anápolis-GO, 17 de novembro de 2012.

APROVADA EM: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ NOTA \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Ms. Elaine Abrahão Amaral  
Orientadora

---

Prof<sup>ª</sup>. Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel  
Convidada

---

Prof<sup>ª</sup>. Ms. Márcia Sumire Kurogi  
Convidada

# OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO POR COMPETÊNCIAS

Larêssa Cintra de Almeida<sup>1</sup>

Elaine Abrahão Amaral<sup>2</sup>

**RESUMO:** A proposta do Ensino por Competências apresenta-se como uma possibilidade real de atuação, dada sua inserção nos documentos oficiais que norteiam a prática pedagógica no país e, portanto configura-se como tema relevante de observação e discussão. Este artigo propõe uma análise da evolução do pensamento pedagógico no Brasil desde seus primórdios, revisando os objetivos educacionais de cada período, a fim de embasar historicamente uma reflexão acerca do ensino com foco em competências, salientando o caráter emancipatório da proposta, no que tange a formação de indivíduos autônomos, capazes de mobilizar saberes e reconstruir significados, e caracterizando-se como uma possível alternativa ao fracasso de metodologias tradicionais no atendimento às exigentes demandas da sociedade atual.

**Palavras-chave:** Educação. Objetivos. Competências

## INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que os processos evolutivos logram êxito quando apontam para objetivos claros, torna-se primordial reavaliar a evolução do pensamento e práticas educacionais, para compreender o momento histórico que a educação no país vivencia, embasada em teorias que assinalam o ensino com foco em competências como parte de um discurso governamental, após a publicação das leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pelo Ministério da Educação (LDBEN, 1996) e posteriores decretos que registram como princípios e fins da educação nacional o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, valorização da experiência extra-escolar e sua vinculação com o trabalho e as práticas sociais. (art. 2º e 3º, LDBEN, 1996)

Segundo Gramsci (1991, apud BIAGINI, 2005) perceber a realidade de maneira crítica implica na “consciência da historicidade do sujeito”, compreendendo que sua formação se dá “a partir do confronto dialético com outros processos”. Nesta perspectiva necessário se faz compreender o sujeito historicamente construído no contexto da história da educação brasileira face aos objetivos da educação no Brasil.

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela Faculdade Anhanguera de Anápolis- UniAnhanguera.

<sup>2</sup> Graduada em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis; Mestre em Educação pela Universidade Católica de Goiás e doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Em um breve recuo à História da educação brasileira, verifica-se um processo evolutivo com marcantes rupturas de ideologias pedagógicas e também por objetivos educacionais que se relacionam ao contexto.

Portanto, compreender a proposta que teoricamente norteia a prática educacional atual do nosso país, é um trabalho minucioso e reflexivo, que leva os estudiosos a repensar não apenas as vantagens e desvantagens desse processo, mas reavaliar o caminho percorrido e os objetivos de uma formação por competências.

Este estudo apresenta e discute a proposta do ensino baseado em competências, traçando um paralelo entre os objetivos educacionais no Brasil no decorrer da história; para questionar as práticas e saberes docentes a fim de contribuir para a construção de um programa educacional mais consistente.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica embasada nos estudos de Perrenoud (1999), Ramos (2001) e Moretto (2010) sobre competências.

Ao investigar tal temática, pretende-se ainda, questionar o projeto escolar, colaborando para que haja maior interesse da sociedade e políticas públicas em discutir e implantar modelos educacionais que sejam fidedignos à realidade educacional brasileira.

Este artigo encontra-se subdividido em três tópicos no intuito de relacionar: aspectos históricos da educação no Brasil, conceitos sobre a teoria do ensino com foco em competências e reflexão que articule tais dados; com vistas nos objetivos da educação brasileira.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **1.1 OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO DECORRER DA HISTÓRIA**

A História, independente do período que trate, é a história de hoje. Ao eleger qualquer fatia desta para fins de estudos, percebemos que se associa diretamente ao agora, como consequência de um processo evolutivo, como observação para avaliar e prever os caminhos que estão sendo traçados. Neste contexto, a educação não é percebida como um fenômeno neutro, mas que sofre os efeitos da ideologia, da política e consequentemente da própria História. (ARANHA.1996, p. 19).

Traçando o percurso histórico da educação no Brasil, Jélvez (2009) observa que, em meio às grandes rupturas no "fazer pedagógico" ressalta-se em sua gênese a chegada dos portugueses ao Novo Mundo. Os portugueses trouxeram o padrão europeu de educação que

divergia de padrões já existentes no território, praticados pelos povos indígenas. Importante salientar que o modelo europeu apresentava-se sobremaneira repressivo quando comparado aos moldes educacionais indígenas.

Quando os jesuítas chegaram por aqui trazendo a moral, os costumes e a religiosidade européia; inseriram métodos pedagógicos próprios, que apesar de não terem sido implantados em terras brasileiras de maneira efetiva, registraram uma ruptura com a situação anterior.

Inicia-se assim o Período Jesuítico datado de 1549 a 1759. Comandados por sacerdotes católicos edificaram a primeira escola elementar brasileira, em Salvador, baseada em moldes europeus.

Jélvez (2009) segue pontuando que o ensino baseava-se em princípios religiosos e objetivavam a propagação da fé. Inicialmente tornou-se notório a impossibilidade de converter os nativos à fé católica sem que estes fossem alfabetizados. Os jesuítas implantaram neste período uma concepção pedagógica singular, com a crença de que a repetição sistemática das doutrinas e credos católicos significariam a conversão dos nativos; prática cujos resquícios podem ser facilmente observados na educação brasileira até os dias atuais.

O modelo educacional jesuítico permaneceu absoluto durante duzentos e dez anos quando ocorre a expulsão dos líderes jesuítas por Marquês de Pombal, caracterizando um novo momento na História da Educação Brasileira.

Jélvez (2009) enfatiza que a expulsão dos jesuítas deu-se prioritariamente pelos diferentes objetivos entre a escola jesuítica que visava servidão à fé e os interesses de Pombal, que objetivava implantar uma educação que servisse aos interesses do Estado.

Pombal cria neste período aulas régias de Latim, Grego e Retórica. Cada aula era autônoma e não se articulava com as outras. Os professores que atuavam neste período eram improvisados, caracterizando uma educação estagnada e precária. Os profissionais eram nomeados por indicação e tornavam-se vitalícios em sua função.

Em 1808 a vinda da família real ao Brasil marca um novo período na educação brasileira. Jélvez (2009) salienta que, a vinda de D. João requeria uma estrutura maior que suprisse as necessidades reais. Surgem assim as Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, Biblioteca Real, Jardim Botânico e a Imprensa Régia.

O autor esclarece se tratar de um período de marcante abertura cultural para os habitantes do Brasil, dando-lhes a oportunidade de “conhecer o mundo”, acessibilizando, de alguma maneira, as Artes e o conhecimento científico.

Após a proclamação da Independência do Brasil cria-se o Método Lancaster, ou de ensino mútuo, onde algum aluno treinado ensinava a um grupo, sob supervisão de um instrutor. Até a proclamação da República, contudo, pouco foi feito de significativo pela educação brasileira, deixando notória a carência de um programa escolar mais estruturado, com objetivos mais claros e maior possibilidade de acesso, permanência e acima de tudo qualidade de ensino.

Com a Proclamação da República adotou-se um modelo presidencialista e torna-se claro a influência positivista nas organizações escolares. Surge a proposta da Reforma de Benjamin Constant que apregoava liberdade e laicidade do ensino, contrapondo-se à formação “preparadora”, tornam-se alvo de críticas positivistas.

Jélvez (2009) segue seu estudo descrevendo várias outras propostas educacionais que pouco a pouco são implementadas e revistas, dando à educação brasileira, ora caráter enciclopédico ora científico, segundo os objetivos políticos e sociais de cada período. Ressalta ainda, a Reforma João Luiz Alves que introduz a disciplina de Moral e Cívica como forma de combater os protestos estudantis contra o governo de Arthur Bernardes, manobrando uma vez mais a educação na direção dos interesses políticos vigentes.

Na década de trinta, o Brasil adentra o mundo capitalista de produção, com possibilidades reais de investimento na produção industrial. Jélvez (2009) assinala que torna-se necessária mão de obra especializada, sendo assim fundamental investir em um novo objetivo na educação.

Em 1937 é outorgada uma nova Constituição, cuja orientação político-educacional refletia tendências fascistas, e de maneira explícita sugeria a preparação de mão-de-obra para o mercado. A Carta Magna afastava em seu texto a obrigação do Estado quanto à educação e propunha que as ciências e as artes fossem “livres à iniciativa individual e associações públicas e particulares”.

O Estado Novo, por sua vez, é assinalado pelo autor como um período que caracterizou-se por poucas e pobres discussões no âmbito educacional, trazendo ainda consigo

uma clara distinção entre trabalho intelectual e manual, quanto ao acesso de classes mais ou menos favorecidas a cada um dos ensinos.

Assim, o campo educacional definia-se pelas políticas do capital, subdividida em: educação propedêutica, pressupondo um caminho à intelectualidade e erudição, destinada às elites; e educação técnico-profissional, servindo à formação da massa da força produtiva.

Em 1942 cria-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a partir de um Decreto-lei, fruto das Leis Orgânicas do Ensino, reforma defendida pelo Ministro Gustavo Capanema. (JÉLVEZ, 2009)

Em 1946 regulamenta-se o Ensino Primário e o Ensino Normal e dá-se a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), atendendo às mudanças no cenário econômico no Brasil a partir da década de 30. Ainda neste ano o Ministro Clemente Mariani dirige uma comissão no intuito de discutir uma nova reforma da educação nacional. Após treze anos é promulgada a Lei 4.024, em 20 de dezembro de 1961 em detrimento de propostas estatais de educação e favorecendo aos ideais defendidos pela Igreja e escolas particulares.

Apesar dos decretos oficiais, segundo Jélvez (2009), os anos 50 foi um período fértil de pensadores e educadores que imprimiram novas práticas, oportunizando novas discussões, ainda que mais regionalizadas a priori. Tais movimentos ganham espaço a partir de Paulo Freire e suas propostas de alfabetização baseadas na chamada Pedagogia do Oprimido (da libertação).

Assim, em 1962 cria-se o Conselho Federal de Educação, o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no Método Paulo Freire.

Com o golpe militar de 1964, contudo, iniciativas de cunho libertário foram perseguidas, sob o pretexto de se apresentarem revolucionárias, subversivas e comunistas. Inicia-se a “chacina” que pretendia expurgar qualquer pensamento ou expressão popular contrária aos interesses do governo. Extingue-se o Método Paulo Freire e cria-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e posteriormente (com o fracasso desta proposta) a Fundação Educar. (JÉLVEZ, 2009)

Neste período cria-se a Lei 5.692, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971, cuja característica mais marcante volta-se à tentativa de dar à formação educacional cunho profissionalizante.

Importa ressaltar que inúmeras características do período militar permanecem enraizadas na educação vigente nos dias atuais. É possível observar tal caráter no hábito escolar de organizar-se em filas, nos diálogos estabelecidos entre docente e discente, enquanto figuras representativas de hierarquias e na organização da escola como um todo, inclusive em sua práxis pedagógica cotidiana. (JÉLVEZ, 2009)

Com o fim do Período Militar, inicia-se um período de maior abertura política. O país vivencia mais um dos processos cíclicos de reforma educativa, cujas indagações estão ainda imersas no controle regulador dos currículos prescritos em discrepância à realidade das unidades escolares.

Aspecto relevante para o declínio da qualidade da educação brasileira durante o início da década de 1990 foi o chamado Consenso de Washington. Influenciado pelas regras estabelecidas pelo Banco Mundial, o Brasil assumiu uma postura privatizadora quanto à educação, entre outros setores. Reduziram-se os investimentos na área deixando o país em delicada situação quanto a índices de crescimento educacionais. (JÉLVEZ, 2009)

Nas últimas décadas do século XX, por todo o mundo, a proposta educacional inicia-se com reformas inovadoras, no intuito de atender às exigências de uma sociedade cada vez mais complexa. No bojo de tais ideais pedagógicos surge ,na década de 90, a “pedagogia das competências”.

Se por toda a história percebe-se que os interesses sociais e mercadológicos de cada período ditam um modelo educacional que os servem, torna-se “mister” refletir sobre os objetivos educacionais na atualidade, a que servem e quais as interpretações mais apropriadas para a proposta do ensino por competências.

## 1.2 O ENSINO POR COMPETÊNCIAS – CONCEITOS DE UMA NOVA PROPOSTA EDUCACIONAL

Para estabelecer um diálogo acerca do ensino por competências é preciso lançar um novo olhar sobre a educação, revisando o papel das instituições escolares em todos os níveis de educação, percebendo as transformações ocorridas no processo de apropriação do conhecimento no decorrer dos tempos.

Moretto (2010, p. 41-56) traz esta reflexão, traçando um paralelo entre uma visão epistemológica tradicional, desconexa da realidade externa, pautada em repetições sistemáticas, e uma educação que observa as interações que o sujeito estabelece; e o percebe como indivíduo que interpreta segundo suas subjetividades realizando representações do mundo que o rodeia. A partir dessa discussão, o autor pontua que “ o processo educacional é como uma construção individual, resultante das experiências do sujeito cognoscente, em sua interação como mundo físico e social que o rodeia. Assim o papel da escola seria oportunizar a construção de significados, mediante uma aprendizagem significativa.” (Ibidem, p. 42)

É válido ressaltar que esta relação entre educando e sociedade no processo de aquisição/elaboração do conhecimento representa o caráter cíclico (passividade e atividade) dos sujeitos em relação à sociedade, refletindo a organização das relações sociais vigentes, transmitindo assim as ideologias sociais presentes.

Observando tais características, parte-se do pressuposto de um indivíduo que não apenas se adequa às perspectivas sociais, mas o faz modificando este mesmo sistema, em contrapartida.

A percepção deste sujeito dotado de historicidade e construtor de significados reflete nos documentos norteadores da prática educacional no Brasil. Tanto os Parâmetros Curriculares como as diretrizes que orientam a atual prática pedagógica no país baseiam-se, teoricamente, em tais premissas, propondo uma pedagogia voltada para as competências, como fruto de uma reflexão que visa o desenvolvimento da criticidade, priorizando a utilidade do ensinado, para os aprendizes.

O termo “Competência” originou-se na década de 70, com a mudança de paradigmas organizacionais. De acordo com Gramigna (2002), os primeiros estudos sobre o tema foram

desenvolvidos por David McClelland que, em 1973, publicou na revista *American Psychologist* os resultados sobre mensuração de competências e inteligência.

A teoria do ensino por competências, de acordo com Wittaczik (2007), surge de fato, na década de 90, e, através de seus pressupostos norteadores permite a formação de pessoas com capacidade de análise crítica das situações, bom relacionamento interpessoal, capacidade de agir eficazmente em diversas questões e situações, entre outras habilidades.

Ainda nessa década (1990), na Conferência Mundial de Educação Para Todos – Tailândia ressurgiu a discussão em torno do tema, enfatizando a necessidade de direcionar a educação no desenvolvimento de competências e habilidades, que alcancem além do conteúdo conceitual; baseado em quatro pilares: aprender a conhecer, a fazer, a viver e a ser.

Um dos conceitos mais utilizados do termo competência, no âmbito da educação, é de Perrenoud que conceitua a competência como “a capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação” (1999, p.15).

Assim sendo, desenvolver competências seria possibilitar ao educando articular teorias e práticas a partir de um olhar crítico da realidade, para tomar decisões apropriadas a uma dada situação. Ressalta-se assim que o caráter cumulativo da educação desloca-se para a formação de um sujeito integral, capaz de articular saberes em prol de uma atuação efetiva na sociedade na qual está inserida.

As diretrizes Curriculares Nacionais – Parâmetros Curriculares Nacionais – comungam, teoricamente, de tais ideias, ressaltando a imperiosa necessidade de uma formação integral que compreenda as mais diversas habilidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação \_ LDB em seu Art. 32 registra, por sua vez, que “o ensino, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”.

Observando o documento pode-se afirmar que as atuais propostas curriculares brasileiras para a educação básica e para a educação profissional, têm como princípio curricular: o foco nas competências.

O objetivo da educação se desloca do mero acúmulo de conteúdos, por vezes desnecessários para a vida do aluno, para uma formação mais ampla, que desenvolve habilidades que o educando possa, de fato, ser protagonista do próprio processo ensino-aprendizagem.

Neste contexto o aluno torna-se construtor do conhecimento, sujeito que aprende, questiona, pesquisa e cria constituindo-se no centro do processo de aprendizagem. E por outro lado o professor é o facilitador, orientador e mediador do conhecimento.

Pode-se inferir que a proposta do ensino com base em competência pode-se pontuar que esta emana da necessidade de atender às demandas do mundo globalizado, das exigências do mundo do trabalho e da sociedade com a garantia de formar cidadãos capazes de refletir, reinventar e responder de maneira inovadora e criativa aos questionamentos e dilemas que lhe são impostos, em tempo hábil. Constituindo-se em uma tendência que desafia a renovação das estruturas e práticas pedagógicas, respondendo às necessidades de formação de pessoas, quer seja na execução de seu trabalho, quer seja em sua atuação cidadã, com maior capacidade de flexibilização, versatilidade, tomando decisões, sabendo trabalhar em equipe, lidando com situações rotineiras. (PERRENOUD, 1999)

Nesse sentido, o conceito de competência é uma opção na perspectiva de uma formação voltada não apenas ao “fazer”, no sentido instrumental da palavra, mas à capacidade cognitiva em um contexto mais amplo, que implica na criatividade e autonomia do sujeito.

A aprendizagem desenvolvida com base nas competências busca portanto, desenvolver as habilidades a fim de que o educador e o educando compreendam a sociedade em que estão inseridos, resgatando valores culturais, políticos, sociais e científicos, compreendendo o porquê de cada ensinamento e possibilitando sua reconstrução e associação com a vida. (PERRENOUD, 1999)

No que tange o desenvolvimento de competências e a participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo, torna-se fundamental rever a avaliação dos educandos, enquanto processo formal da educação:

Na avaliação da aprendizagem, é preciso considerar a importância das diferentes funções da avaliação e da aprendizagem. Entre as funções indicadas, encontram-se a diagnóstica, a formativa e a somativa (...) A função diagnóstica da avaliação tem como objetivo identificar dificuldades de aprendizagem do aluno e possíveis causas. É prévia, serve para orientar docentes e alunos no processo de ensino e aprendizagem para futuras atuações. A função formativa da avaliação permite ao aluno e ao docente identificar os pontos a serem melhorados. É feita durante o processo e sugere o redirecionamento do ensino, a fim de melhorar durante o processo a aprendizagem. A função somativa da avaliação ou de resultado julga o mérito ou valor da aprendizagem e, conseqüentemente, do ensino, no final (...) o conceito de competências é o de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessárias para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho (...) Nesse caso, a avaliação por competência se configura como formativa – processual (...) é necessário que o docente defina parâmetros e critérios claros e objetivos que atendam às exigências da validade, precisão, suficiência e praticidade, para a coleta das informações avaliativas (...) Para este tipo de avaliação, necessário algumas estratégias que buscam a cooperação, o diálogo, a autonomia, a negociação, a iniciativa, a criatividade, entre outras, como, por exemplo, os trabalhos em grupos, projetos interdisciplinares, portfólios, estudos de casos, etc. (DOCUMENTO NORTEADOR DA PRÁTICA PEDAGÓGICA- FORMAÇÃO COM BASE EM COMPETÊNCIAS DO SENAI , 2006, p.46-47).

Na construção da competência, a verificação do desenvolvimento do aluno se dá de maneira contínua, observando se houve a assimilação associada à utilização dos conhecimentos nas práticas sociais e se houve uma atitude adequada (coerente e não correta) a certa situação.

Para que se consiga desenvolver competências requeridas no processo educacional, é necessário que o professor tenha capacidade de comprometer-se com os alunos em projetos, em atividades que o aluno possa ter a oportunidade de aprender a planejar, a negociar, a cooperar, a realizar, vivenciando um quadro integrador, que possibilite aplicar conhecimentos teóricos na prática, repensando o conhecido e reformulando hipóteses (PERRENOUD, 2000).

Corroborando com este entendimento, Ramos (2001) afirma que não é possível continuar organizando os saberes de maneira fragmentada, em currículos sequenciais e lineares, que pressupõem etapas a serem vencidas e pré-requisitos que funcionam como degraus.

Wittaczik (2007) ressalta que a avaliação precisa estar fundamentada em confiança recíproca e cultura comum, em que a preocupação maior esteja centrada na aprendizagem e não nos resultados. Assim sendo, a avaliação por competências precisa estar voltada a mostrar aos alunos suas limitações e contradições que devem ser superados, com o objetivo sempre

voltado ao aprender. Um processo cíclico de avaliação e autoavaliação que tenha por objeto o próprio aluno e suas peculiaridades.

Assim, o ensino por competências apresenta-se como uma proposta alternativa à tradicional, tendo por prioridade o desenvolvimento pleno do indivíduo, estimulando a pesquisa e a criatividade. Uma educação pautada em objetivos práticos que observem reflexão, criticidade e aplicabilidade.

### 1.3 OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO: REFLETINDO O ENSINO POR COMPETÊNCIAS

O processo educacional, de conhecimento e reconhecimento do mundo, não se origina a partir da escola; mas ele se institui primeiramente na família, por ser este o local onde os indivíduos recebem heranças culturais que norteiam as relações humanas e o caracterizam como sujeito social e histórico. A educação, enquanto processo de aprendizagem, se apresenta assim através da inserção neste e objetiva, ainda que naturalmente, a transferência de valores culturais, normas e costumes vigentes em determinado grupo social.

A sociedade evolui a partir de um processo cíclico, onde o indivíduo aprende com a mesma sendo por ela atravessado, reflete e em contrapartida, a atravessa, intervindo e modificando-a.

O processo de aprendizagem, portanto, apresenta caráter ativo, de um sujeito que enquanto recebe valores oriundos do período histórico em que está inserido, desenvolve suas potencialidades e interfere nesta mesma sociedade, imprimindo-lhe novas características.

O exercício da reflexão, assim, torna-se primordial para garantir a evolução da sociedade; observando que é preciso repensar criticamente a própria existência e implicações desta para que haja o movimento evolutivo. Alarcão (1996, *apud* LEITE ; PELUCIO) Traduz o homem contemporâneo como “inquieto e questionador; um homem que anseia ser capaz de dirigir os próprios destinos e os do mundo: atitudes próprias de reconquista da liberdade. Um homem que, de certo modo, quer reaprender a pensar.” Os mesmos autores embasam-se no conceito de John Dewey , que traduz a reflexão como uma forma especializada de pensar, movimento voluntário na busca de justificativas que embasam a ação do sujeito.

Assim, compreende-se que o papel principal da educação formal é propiciar a ação reflexiva, como continuidade dos processos informais elementares de construção do conhecimento. A reflexão como forma de aprender sobre o mundo e em contrapartida ser protagonista no processo de modificação da realidade.

Contudo, observando o processo educativo formal na atualidade, percebe-se uma uniformização do pensar que reproduz as estruturas sociais e determinam as ações. Alves (1994, p.35) assinala que “a educação é o processo pelo qual os nossos corpos vão ficando iguais às palavras que nos ensinam. Eu não sou eu: eu sou as palavras que os outros plantaram em mim.”

Este autor pontua em seus estudos, de maneira bastante categórica, os rumos que a educação formal no Brasil, em todos os níveis, tomou nos decorrer dos tempos, negligenciando a individualidade e subjetividade humana, robotizando os educandos a partir de respostas prontas, tolindo-os de expressar diferentes opiniões, economizando o pensamento em prol do mero repasse de conteúdos tidos por incontestáveis. (ALVES, 1994)

As instituições educacionais de formação básica, técnica ou mesmo superior, permanecem detentoras de uma expectativa, de que, enquanto subordinados, os aprendizes devem absorvem os ensinamentos, para que encontrem o sucesso em suas vidas. Assim, o aluno torna-se incapaz de repensar, cabendo-lhe reproduz o ensinado, sem que haja contestações. Segundo Alves (1994, p.27) “Tornam-se ecos das receitas ensinadas e aprendidas. Tornam-se incapazes de dizer o diferente.”

Assim, partindo do pensamento deste autor, deparamo-nos com indivíduos reprodutores, detentores de “respostas certas” e treinados para repetir ensinamentos cristalizados. Educandos que não possuem a compreensão dos ensinamentos que lhe são repassados e dificilmente conseguem aplicá-los à suas vidas.

O que se percebe é que a instituição educacional, em sua maciça maioria, não tem utilizado muito além da memorização. Assim não se encontra facilmente nas instituições escolares o exercício do pensamento, mas uma “repetição jesuítica” de conceitos descontextualizados que formam sujeitos alienados, sob a ilusão de oferecer um ensino libertador.

A proposta do “Ensino por competências” surge como uma oportunidade de repensar esse cenário. A construção da competência, para Perrenoud (1999) dá-se a partir da formação

de “esquemas de mobilização”, que se consolidam mediante uma postura reflexiva. Torna-se primordial, portanto, disposição para analisar continuamente, pontuando que o simples fato de acumular conhecimento não garante sua reformulação e aplicação. Assim como não se mobiliza algo sem que haja recursos para tal, não há finalidade em “estocar” recursos (conhecimentos) sem que haja a possibilidade de mobilização dos mesmos. O caráter prático dessa proposta de educação implica em saberes de cunho intelectual, que se articulam; garantindo uma atuação eficaz e crítica.

Nesse processo o educando constrói significados mediante aquilo que lhe é apresentado, tornando possível a contestação, a reflexão e a criatividade; associando diversos elementos outrora conhecidos, reconstruindo e atribuindo-lhes lógica e finalidade.

Atuar com foco em competências é direcionar ensinamentos que não se restringem ao fazer, mas permitir ao aluno um aprendizado que observe as implicações de sua ação no mundo e as possibilidades de intervir nos processos sociais, se percebendo sujeito ativo no processo de construção do conhecimento e mudança da sociedade, minimizando a miséria reflexiva que lhe é imposta.

Paulo Freire (*apud* GADOTTI, 1996) endossa tal pensamento ao citar que “Não basta ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”. Assim percebe-se a insuficiência de se transmitir conhecimentos, sem que haja a possibilidade de compreendê-los, criticá-los e reformulá-los com vistas na evolução do pensamento reflexivo. O homem, crítico da sociedade e seus valores, torna-se crítico de si mesmo, o que possibilita a reconstrução de própria ação no contexto social em que está inserido.

Compreende-se que a formação por competências supõe uma metodologia inovadora que instiga o aluno à pesquisa, tornando-o descobridor e contestador da própria realidade. Trata-se de uma proposta desafiadora que implica no desempoderamento dos envolvidos em prol de uma educação democrática, onde inclusive as normas institucionais devem ser avaliadas e discutidas de maneira conjunta.

Como toda nova ruptura, o ensino por competências propõe uma modificação na maneira de pensar e executar. O processo educativo, enquanto fenômeno histórico, não se encerra em modelos acabados que solucionem os dilemas de formação, entretanto sua reflexão permite o recrutamento de aliados na tarefa de refletir e mobilizar rumo a uma educação libertadora, conforme afirma Perrenoud :

Toda a prática educacional tem por base certas apostas teóricas. Aceitas tais apostas, é importante ganhar o maior número delas. A amplitude das incertezas e a complexidade das noções implicadas não são os menores obstáculos, ao contrário, um dos maiores desafios é conquistar o maior número de parceiros nesta luta e caminhar em conjunto. É necessário coletivizar incertezas, reconhecer os próprios limites e os limites da instituição e, dentro desses limites, avançar o máximo possível, e só saberemos os limites do possível se tentarmos o impossível. (PERRENOUD, 1999, p. 20)

Trabalhar no sentido de minimizar a ignorância em mobilizar os saberes, com vistas na formação de um sujeito autônomo e consciente de seu papel social é o grande desafio da proposta. Tal dimensão desafiadora perpassa a extinção de uma educação bancária e exige preparação contínua e disponibilidade dos “operadores do ensino”, conforme assinala Perrenoud (1999).

Gerir conteúdos ainda é uma dificuldade das escolas, que se vê na necessidade de reavaliar seu papel. Sob o pretexto de democratização do ensino, massifica-se a educação através de moldes pedagógicos alienantes, que oportunizam o acesso, mas não a libertação através da educação.

A história da educação no Brasil demonstra que o ponto de partida para se analisar o processo educativo está nos objetivos de formação. Este percurso histórico leva a refletir que as práticas pedagógicas assentam-se na indagação: “A quem queremos formar?”. Devidamente instrumentados pelos conceitos históricos nos distintos períodos, pode-se afirmar que a educação responde a uma demanda político-social que leva a avaliar a pertinência da proposta do ensino por competências, enquanto defensora de objetivos libertários e de preparação para o exercício da autonomia.

Torna-se evidente o quão numerosas são as dicotomias existentes na proposta, no que tange formação geral e específica, utilitarismo entre outras, que inevitavelmente tornam-se alvo de acirradas discussões. O que se propõe, contudo, é reavaliar criticamente a educação no Brasil, tendo em vista a pertinência de um ensino historicamente burocrático que objetiva reproduzir indivíduos que engrossem a massa alienada e alienante dos processos sociais, apresentando uma possível alternativa que ofereça a possibilidade de repensar os genuínos objetivos da educação.

É válido ressaltar que a proposta de se desenvolver competências, enquanto foco no contexto educacional, aponta acima de tudo para mudanças sociais significativas que, ao

mesmo tempo em que se caracteriza como uma resposta às exigências contemporâneas tende a intervir na própria contemporaneidade.

Analisa-se assim, que planejar e desenvolver o ensino e avaliar a aprendizagem considerando estratégias de ensino que visem a formação de competências é ainda um esboço que, apesar de oficial nos documentos que norteiam a práxis educacional no país, não tem encontrado vias práticas para alicerçar-se. Inclusive teoricamente, ainda são poucas e pobres as discussões em torno do tema, ressaltando o desconhecimento do surgimento da proposta no contexto socioeconômico, a fim de compreender quais os objetivos de formação da mesma.

Torna-se, portanto, de suma importância rediscutir a proposta no interior das salas de aula, coletivizar metas e planejar de maneira conjunta a atuação pedagógica intramuros escolares. É retirar do papel, até então, a ideologia compartilhada por poucos, de uma formação efetiva, integral e emancipatória; que discuta junto ao discente o que será ensinado, tendo em vista o contexto social e histórico que este está inserido; reduzindo as discrepâncias existentes entre currículo prescrito e currículo real.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação é um processo contínuo, passível de mudanças que se estabelecem através dos indivíduos que compõem a sociedade em cada período histórico. É, portanto, um fenômeno social que se reestrutura de tempos em tempos. Assim sendo, torna-se previsível a mudança no pensamento pedagógico conforme o período vivenciado e acima de tudo o tipo de homem que se deseja formar.

Analisando o desenvolvimento da educação brasileira percebe-se que as mudanças do pensamento pedagógico, que substancialmente retórico em suas raízes, delineou a escola tradicional desde o período jesuítico até meados da primeira República, deu-se a passos lentos. Contudo, nas últimas décadas, surgem demandas sociais que imprimem novos valores, estabelecendo a emergente necessidade de reformulações no pensamento e prática pedagógicos.

Assim surge a proposta do ensino baseado em competências que propõe um novo objetivo de formação: indivíduos autônomos, capazes não apenas de compreender, mas mobilizar saberes, argumentar e recriar.

Uma nova cultura, exigente quanto às habilidades dos sujeitos para responder às necessidades da sociedade, modifica assim a maneira como se produz e se apropria dos saberes. O ensino com foco em competências surge no intuito de questionar o projeto escolar vigente e sua viabilidade nos moldes tradicionais, apontando para um novo objetivo educacional.

Repensar essa realidade e suas implicações, enquanto mais uma ruptura na História da Educação no Brasil, é objetivo desse artigo, pretendendo suscitar uma discussão da prática docente como objeto de análise e crítica.

O processo de ressignificação do conhecimento abarca a compreensão de um sujeito ativo que via-de-regra não se restringe a “emprateleirar” saberes. Discutir a proposta de competências, portanto, é vislumbrar uma possibilidade, observando o exercício da vida, seja esse intelectual, moral, ético e prático profissional.

A realidade educacional apresenta aos profissionais da educação este desafio: analisar criticamente a atual situação social para o desenvolvimento de metodologias de ensino que correspondam às complexas necessidades do mundo moderno. Nessa dimensão torna-se relevante a proposta desse trabalho, de oferecer subsídios para a compreensão de uma educação que considere a historicidade do sujeito e o perceba como constituído de um mundo interno e externo, num processo dialético onde ele atua e modifica o mundo e, é por este também modificado.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem Azevedo. **A alegria de ensinar**. São Paulo: Ars Poética, 1994.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BIAGINI, Jussara. **Revisitando momentos da história do ensino técnico**. 2005. Disponível em: <http://www.ufop.br/ichs/conifes/anais/EDU/edu1713.htm> Acesso em 23 set. 2012.

BRASIL, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em 01 out. 2012.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: Uma Biobibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996

GRAMIGNA, Maria Rita. **Modelos de Competências e Gestão dos Talentos**. São Paulo: Ed. Makron Books, 2002.

JÉLVEZ, Julio Alejandro Quezada. **História da Educação**. Obra coletiva Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Curitiba: Ibpex, 2009

LEITE, Rogério Ferreira, PELUCIO, Rosicleia Giunchetti. **O professor reflexivo e sua mediação na prática pedagógica**: formando sujeitos críticos. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-professor-reflexivo-e-sua-mediacao-na-pratica-pedagogica-formando-sujeitos-criticos/36723/#ixzz29gT6khCp>. Acesso em 01 de outubro de 2012.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova** - um momento privilegiado de estudo - não um acerto de contas. Rio de Janeiro: DP&A, 2010.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Nacional. **Norteador da Prática Pedagógica**: Formação com Base em Competências. SENAI/DN. Brasília, 2006.

WITTACZIK, Lisiane S. Ensino por competências: Possibilidades e Limitações. **Atos de pesquisa em educação** – PPGE/ME FURB ISSN 1809– 0354 v. 2, nº 1, p. 161-172, jan./abr.2007. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/Article/163>. Acesso em: 01 out. 2012.

## **ABSTRACT**

The proposal by Competencies Education presents itself as a real possibility of action, given its inclusion in the official documents that guide the pedagogical practice in the country and therefore appears as a relevant subject for observation and discussion. This article proposes an analysis of the evolution of educational thought in Brazil since its inception, reviewing the educational objectives of each period in order to base a historical reflection about teaching with a focus on skills, emphasizing the emancipatory character of the proposal regarding the formation of autonomous individuals, capable of mobilizing knowledge and reconstruct meanings, and characterized as a possible alternative to traditional methods of failure in meeting the exacting demands of today's society.

**Keywords:** Education. Objectives. Competencies